

Título do capítulo	PARTE 3 AVALIANDO A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO
Autores (as)	Rogério Boueri
DOI	
Título do livro	ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO FISCAL
Organizador (es)	Rogério Boueri Maurício Saboya
Volume	
Série	
Cidade	
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2007
Edição	1ª
ISBN	
DOI	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2007

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

AVALIANDO A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

Rogério Boueri*

O Brasil tem passado por um regime fiscal razoavelmente duro nestes últimos anos. A geração de sucessivos superávits fiscais objetiva a redução da relação dívida-PIB, o que criaria condições para o declínio sustentado das taxas de juros internas e a retomada do crescimento econômico.

O problema dessa estratégia é que ela está chegando ao seu limite de efetividade. Isso ocorre, por um lado, porque a política de obtenção de superávits fiscais tem sido fortemente baseada no aumento da carga tributária, a qual na visão de muitos analistas já chega ao seu limite superior. Por outro lado, o atendimento das demandas sociais tem sido alcançado mediante consideráveis incrementos nas transferências governamentais.

Um terceiro empecilho para o continuado emprego da política de geração de superávits fiscais é a compressão cada vez menos sustentável das despesas de investimento governamental. Para que volte a crescer solidamente o Brasil necessita de investimentos elevados em infra-estrutura e grande parte deles terá que ser realizado pelo governo federal, uma vez que a maior parte da infra-estrutura econômica do país depende do investimento público. A necessidade por este tipo de investimento levou o governo a lançar uma ação coordenada, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a fim de reverter este fator impeditivo ao crescimento.

Uma das saídas para que o governo consiga manter superávits fiscais e ainda possa atuar efetivamente na promoção do desenvolvimento econômico é a melhoria da qualidade do gasto público. Essa alternativa permitiria que as demandas sociais por serviços públicos pudessem ser supridas, pelo menos parcialmente, a custos decrescentes, ou seja, sem acréscimo da carga fiscal. Dessa forma, seria possível conciliar a pressão por mais serviços com a restrição imposta pelo limite à tributação.

Contudo, existe um longo caminho a ser percorrido para que possa ocorrer uma melhoria generalizada na eficiência do gasto público no Brasil. O primeiro passo a ser dado é a tentativa de dimensionar e mensurar a magnitude do desperdício de recursos públicos. Sem que se tenha noção de quanto se gasta a mais que o necessário, dificilmente se pode estabelecer objetivos plausíveis para a redução desses desperdícios.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur) do Ipea e Professor da Universidade Católica de Brasília. E-mail: boueri@ipea.gov.br.

A terceira parte deste volume aborda o tema da avaliação e da mensuração da ineficiência da ação governamental em seus diversos níveis. Seu intuito é apontar caminhos para uma atuação mais eficiente do governo, em suas diversas modalidades, auxiliando na identificação dos pontos geradores de desperdício na atuação governamental, na mensuração da magnitude desses e na formulação de políticas públicas capazes de contê-los. Esta terceira parte contém cinco artigos que abordam o tema.

O primeiro deles, escrito por Antônio Afonso, faz uma breve abordagem sobre as metodologias ora utilizadas na literatura econômica com o intuito de mensurar o nível de eficiência do setor público, desenvolvendo o critério de *eficiência relativa do Estado*. Daí parte para comparações internacionais sobre a atuação dos governos de diversos países. Tais comparações são baseadas nos objetivos a serem alcançados e nos meios disponíveis para tanto.

No segundo artigo, Marcos Mendes, em um texto mais específico para o caso brasileiro, tenta explicitar algumas das causas da ineficiência do gasto público em nosso país, bem como sugerir políticas públicas que atenuariam o problema. Com esse intuito, o autor concentrou-se na análise dos fatores institucionais e políticos, bem como em traços históricos da sociedade brasileira, como a elevada desigualdade, que estão correlacionados em um gasto público de baixa eficiência. Essa abordagem destaca que tão necessária quanto a identificação do problema da ineficiência do gasto público em si é a engenharia política para o desenho de reformas que minimizem ou suprimam o problema.

Em seguida, no terceiro artigo, Rogério Boueri avalia o montante de recursos que poderiam ser poupados caso os municípios brasileiros despendessem eficientemente os recursos orçamentários em saúde, educação e urbanismo. A eficiência é definida como a atuação dos municípios de melhor performance. A distribuição geográfica e por faixa populacional da ineficiência é também analisada, bem como a existência de ganhos de escala na produção pública municipal. A importância dessa análise reside no fato de que os gastos municipais têm crescido ao longo dos últimos anos, atingindo cerca de 66 bilhões de dólares em 2005 (ou 15% do gasto público total). Ademais, existe a percepção, não comprovada empiricamente, de que nos municípios o desperdício de recursos seria proporcionalmente mais grave que nas outras esferas federativas.

O quarto artigo, de autoria de Márcio Bruno Ribeiro e Waldery Rodrigues Júnior, compara a eficiência do gasto público entre os governos latino-americanos. A principal motivação desse estudo vem do fato de que alguns dos maiores países da região (como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) adotaram, ao longo dos anos 1980 e 1990, reformas estruturais abrangendo tanto

o setor público como outros setores e instituições relacionados com o equilíbrio fiscal e com a melhoria da atividade econômica. Tais reformas tiveram orientação para o mercado e, passados alguns anos, argumenta-se que o crescimento econômico contínuo e a maior equidade social ainda não foram alcançados na maioria dos países da região. Assim, uma investigação de natureza quantitativa/comparativa pode ajudar na aferição mais precisa das diferenças com relação à eficiência do gasto público entre os países latino-americanos. Particularmente na comparação com aqueles países que lideraram a adoção de reformas na região e onde estas foram mais aprofundadas, como parece ser o caso do Chile e México.

Por fim, o quinto artigo, *Comparativo internacional para Previdência Social*, escrito por Marcelo Abi-Ramia Caetano e Rogério Boueri, compara os gastos previdenciários em diversos países, considerando as condições sociais, demográficas e econômicas de cada um deles. Dessa forma o trabalho tenta uma avaliação de tais gastos em relação às possibilidades estruturais de cada país.

Com esse conjunto de artigos este livro pretende colaborar com o aprofundamento da melhoria da qualidade do gasto público, fator que tem sido considerado condição necessária ao desenvolvimento econômico, bem como indispensável à superação das desigualdades sociais brasileiras.

Esta terceira parte do livro beneficiou-se dos produtivos comentários de Eleanor Cannell, da Embaixada Britânica de Brasília.